

JOSÉ F. G. PORTELA (*)

NOTAS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO
DA «PEQUENA AGRICULTURA»
— UMA PERSPECTIVA LOCAL

INTRODUÇÃO

A transformação da «pequena agricultura» é, como se sabe, questão a debater neste Colóquio. Com esta comunicação procuramos contribuir para a discussão referida, mas tornemos claro, desde já, que não trazemos mais do que algumas breves considerações. Analistas dos mais diversos quadrantes têm sublinhado que a agricultura portuguesa se tem caracterizado ao longo do tempo pela falta de uma política agrícola e, sendo assim, é, sem dúvida, urgente proceder à definição e aplicação de um conjunto de medidas capazes de provocar a transformação da agricultura num sentido positivo. Não é nossa intenção, contudo, apresentar aqui um conjunto bem definido de propostas tendentes àquele objectivo. Limitar-nos-emos à apresentação de algumas reflexões e interrogações sobre o tema em debate, na esperança de que elas possam contribuir para o aprofundamento das muitas questões envolvidas no processo de desenvolvimento agrícola.

As considerações a apresentar não são o resultado de uma análise da situação existente a partir das grandes agregações estatísticas, mas antes o produto duma observação e vivência do que é a agricultura ao nível das explorações e aldeias da região de Trás-os-Montes, particularmente da zona norte do distrito de Bragança. As reflexões e interrogações que apresentaremos derivam, pois, duma perspectiva particular, a do observador situado ao nível local (1).

(*) Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

(1) Para a elaboração desta comunicação recorreremos bastante, mas não exclusivamente, à experiência de observação participante realizada na aldeia de Fragueiro. Notas descritivas sobre a agricultura aí praticada são objecto duma outra comunicação apresentada no I Colóquio de Estudos Rurais.

Dado o exposto não se deverá esperar que esta comunicação assuma a forma de um todo bem delimitado e estruturado. Intencionalmente, ela não é mais do que uma pequena colecção de notas, mais ou menos soltas, sobre as relações entre o desenvolvimento agrícola e os seguintes elementos: população, recursos naturais, desenvolvimento industrial, investimento local, investigação e extensão agrícola, estrutura da exploração agrícola e factores de produção.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: A REALIDADE COMPLEXA, A INVESTIGAÇÃO NECESSÁRIA E A INEXISTÊNCIA DE PANACEIAS

Uma primeira nota que a observação de explorações agrícolas e aldeias de Trás-os-Montes nos sugere é que a realidade agrária é complexa. Ela é diversa e é dinâmica. A simplicidade, uniformidade e imobilismo da chamada «sociedade tradicionalista» surgem mais como suposições do que como verificações. A realidade agrária não é feita de categorias puras e com limites bem definidos, tal como censos e inquéritos nos induzem a pensar e a aceitar. Tomamos distraidamente as categorias estatísticas pela realidade, mas esta escapa-se-lhes. Há, por exemplo, agricultores que são não-agricultores e vice-versa. Há produtores agrícolas que são intermediários e intermediários que são produtores agrícolas. Há proprietários trabalhando a terra por conta própria, como há rendeiros que têm parcelas sob exploração directa. Casa e exploração ou consumo e produção são um todo. A diversidade surge também como regra. A terra pode pertencer a residentes e a não-residentes, ao povo e à «Igreja». As rendas podem ser fixas ou não, determinadas pelos proprietários ou pelos utilizadores, pagas em dinheiro ou em géneros ou ainda em serviços. Elas podem ser individualizadas por parcelas ou serem simplesmente rendas de tipo global. Quanto ao trabalho, ele pode ser familiar, «tornageira» ou «comunal», exigindo esforço aos homens, aos animais e às máquinas. O imobilismo é também característica mais aparente do que real. Assalariados de ontem são proprietários hoje. Residentes actuais foram já emigrantes por terras europeias ou africanas e emigrantes no presente serão de novo residentes mais ano menos ano. A foice ainda não desapareceu de todo das terras de faceira, mas a combinada já percorre os campos e os agricultores começam a falar da necessidade de terras indivisas.

Digamos que a observação atenta e, sobretudo, paciente do meio rural revela, geralmente, que a complexidade, diver-

cidade e dinamismo das situações que ali ocorrem são maiores do que, com frequência, se pressupõe. As implicações desta verificação em termos de desenvolvimento agrícola são importantes. De facto, pode perguntar-se: sem um permanente fluxo de elementos informativos produzidos pela actividade de investigação poder-se-á esperar uma política agrícola ajustada à realidade? Pela nossa parte, cremos que visões simplistas da realidade só levantarão obstáculos à aplicação de uma determinada política agrária. Mas note-se ainda que, sendo a realidade agrária algo de complexo, diverso e dinâmico, não se poderá esperar que a sua transformação se alcance por meio da acção de um simples factor ou agente de mudança. O desenvolvimento agrícola exige a acção planeada no tempo e no espaço e a coordenação de indivíduos e organizações no sentido de se criarem novas condições ou de se modificarem as existentes. Não se corra pois o risco de se tomarem como panaceias a Hidráulica Agrícola, a Colonização Interna e o Povoamento Florestal do passado, a Reforma Agrária e o Crédito Agrícola do presente e os projectos «integrados» de desenvolvimento e a CEE do futuro.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: QUEM O CONCRETIZARÁ?

Fala-se e escreve-se com alguma frequência sobre a agricultura portuguesa como se ela se fizesse quase exclusivamente com explorações agrícolas, tecnologia e investimento. Isto é, o agricultor, a figura central do processo produtivo, é tratado como se representasse um mero elemento do conjunto dos factores de produção. Parece minimizar-se o facto de que os produtos agrícolas resultam das decisões e do esforço de quantos trabalham a terra. Segundo um padrão corrente, diz-se da população agrícola que é velha, analfabeta e mal treinada e que, ao nível do país, metade continua assalariada. Para além destas notas, ditas em geral em tom de lamento, aponta-se aqui e além a necessidade de apoiar a instalação de jovens agricultores, mas, em geral, parece evitar-se a discussão sobre quem, entre a população agrícola, promoverá o desenvolvimento agrícola.

Por vezes, a propósito da integração do país na CEE, alguns técnicos parecem manifestar a aceitação da ideia de que um processo de «selecção natural» eliminará os agricultores mais carentes de saber e de poder. Implicitamente, pelo menos, parece admitir-se assim que o desenvolvimento da agricultura venha a ser obra de uns tantos «empresários» agrí-

colas, agricultores «modernos» ou «progressivos». Sem deixarmos de admitir que o referido processo de «selecção natural» venha a fazer vítimas, supomos, todavia, que o desenvolvimento da agricultura portuguesa não será o resultado da acção de um pequeno grupo de «eleitos». As transformações a promover são tão profundas e variadas que se tem de pôr o problema de modo inverso. Isto é, em vez de concentrar esforços nuns tantos agricultores supostamente «modernos» ou «progressivos», há que remover as barreiras que tornam insatisfatória a actividade da grande maioria dos que se dedicam à agricultura. Se verificamos hoje que só um reduzido número de indivíduos se destaca do conjunto dos agricultores em termos de capacidade produtiva, isso significa, muito provavelmente, que, para além das capacidades profissionais que possuem, esses produtores devem estar a beneficiar de condições particularmente favoráveis ao exercício da sua actividade. Parece-nos irrealista e arriscado admitir que a grande maioria dos agricultores não seja capaz nem tenha a vontade necessária para atingir resultados idênticos ou superiores aos dos «empresários» agrícolas. Por outras palavras, o desenvolvimento da agricultura portuguesa não deverá ser equacionado à margem da população agrícola actual. Isto porque se, por um lado, as transformações a realizar deverão beneficiar directamente e a curto prazo essa população, por outro lado, elas não serão concretizáveis sem a sua participação, entendida não só ao nível da execução das mudanças, mas também, e de modo prévio, em termos da definição dos caminhos a seguir. Uma alimentação mais racional e equilibrada, mais saúde e bem-estar, maior acesso ao trabalho, ao lazer, à educação e à cultura, etc., são benefícios que se não devem ter por exclusivo da população urbana. Os aumentos de produtividade dos factores são necessários para a criação de riqueza, mas não deverão ser tomados como fins em si mesmos. É necessário que a riqueza a criar seja distribuída de modo justo e seja posta ao serviço dos que vivem da actividade agrícola. É necessário que essa riqueza não alimente assimetrias já existentes ou dê lugar à criação de novas desigualdades, antes seja, isso sim, factor de correcção de situações injustas. Por outras palavras, se é compreensível e desejável que se fale de desenvolvimento agrícola em termos de redução de importações de alimentos e aumento de exportações do sector, não é aceitável que se ignore ser um objectivo inadiável o próprio desenvolvimento da população que actua como agente daquele processo. Desenvolvimento agrícola não é só desenvolvimento da «produção»

vegetal, animal e florestal, mas também, e particularmente, desenvolvimento da «população» agrícola.

O desenvolvimento agrícola não deve ser equacionado à margem da população agrícola actual pois, como dissemos, é ela quem mais directamente o poderá concretizar. A transformação da agricultura não se faz com um somatório de técnicas e técnicos mas exige ainda, entre muitas outras coisas, uma vontade e um estado de espírito, nomeadamente entre os produtores. A população agrícola não é uma peça que políticos, técnicos de planeamento ou extensionistas modelem ao seu próprio gosto ou que possam substituir quando lhes aprouver. Ela existe e, como tal, é um dado da situação. É, pois, com essa população que se deve partir para a acção. Não serão, de certeza, cidadãos que, em rasgos de lirismo ou revolucionarismo, irão habitar as aldeias e trabalhar os campos promovendo então as mudanças necessárias. Assim, é a partir das insuficiências e capacidades da população agrícola actual que se deverão buscar caminhos para um desenvolvimento realista e imediato da agricultura.

É obviamente do interesse e da acção da actual população mais jovem que depende em grande parte a agricultura do amanhã. Justifica-se portanto que os agentes de desenvolvimento lhe prestem uma atenção particular. Todavia, não se pode deixar de sublinhar o necessário concurso das gerações mais velhas e ainda da própria população emigrada nas transformações a realizar. No sentido literal da expressão, elas terão uma palavra a dizer. Por um lado, as gerações mais novas, mesmo se apoiadas do exterior, ou não estarão dispostas a passar pela prova da eventual oposição dos seus pais ou não terão a resistência psicológica para tal combate. Por outro lado, os conhecimentos e capacidades dos mais novos reproduzem ainda em larga medida os padrões tradicionais. Assim, mesmo quando ausentes, os mais velhos continuam-se no presente. Também não se poderão marginalizar os emigrantes do processo de desenvolvimento agrícola. Eles são proprietários efectivos ou potenciais de parte dos meios de produção existentes e, embora aparentemente distantes, não deixarão de influenciar muitas das decisões locais. Acrescentemos ainda que a sua contribuição financeira para o desenvolvimento local, bem como a sua eventual reinserção na ocupação agrícola após o retorno, não são possibilidades que se possam negligenciar.

Se, segundo cremos, o desenvolvimento agrícola não se alcançará sem a participação das categorias populacionais acima indicadas, não nos parece menos certo que elas só não bastarão. A realização daquele objectivo estará necessaria-

mente ligado à actividade de muitos outros indivíduos: políticos, técnicos de planeamento, banqueiros, burocratas, industriais, investigadores, extensionistas, comerciantes, jornalistas, etc. É, pois, necessário que todos esses indivíduos, muitos dos quais, por origem e ocupação, estão absorvidos pela «cidade», tomem conhecimento directo da realidade existente e compreendam o que, ao nível local, poderá dar conteúdo a expressões como desenvolvimento sócio-económico e cultural.

RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO: RIQUEZA, POBREZA OU MISÉRIA?

Portugal, afirma-se amiúde, é um país pobre em recursos naturais. Se se fala em Trás-os-Montes, tal afirmação surge, em geral, ainda mais convincente. É sabido que ela não é destituída de fundamento e, como consequência, o meio geográfico não surge como um aliado do desenvolvimento agrícola. Não havendo lugar para refutar em termos genéricos a pobreza dos recursos naturais de que o país dispõe, pode, no entanto, dizer-se que, participando da vida local, se fica com a impressão forte de que a pobreza existente é agravada pelo facto de não se descobrir e cuidar da riqueza também presente. A verdadeira pobreza traduz-se então na passividade com que se aceita como imutável o que pode ser transformado. Quando há lameiros que, produzindo erva em abundância, não são explorados por falta de acessos; solos marginando o rio que só não produzem mais porque se não adquire uma bomba de rega; soutos e pinhais que só esperam por mais cuidados para verem aumentadas as suas produções; terrenos esperando pacientemente pela regeneração da floresta natural, quando poderiam acolher povoamentos de castanheiros e nogueiras, por exemplo; água escassa sumindo-se pela terra só porque os canais que a conduzem aguardam que os homens se decidam a impermeabilizá-los; depósitos calcários inexplorados, quando os solos da região necessitam desesperadamente de correctivos; águas termais inaproveitadas e recursos paisagísticos ignorados; quando tudo isto existe, será demasiado afoito culpar a mãe-natureza.

A pobreza existente converte-se mesmo em miséria quando a preservação dos recursos é olhada com indiferença. A erosão dos solos é, na percepção local, fenómeno imutável. Diz o povo a propósito: «isto sempre assim foi e continuará a ser, muita água no Inverno e seca no Verão». Lamentavelmente, tal convicção não encontra forte oposição na acção

dos serviços estatais. O fogo, esse elemento que se combate colectivamente quando ameaça as habitações e os terrenos mais próximos da aldeia e que se contempla fatalisticamente quando destrói o monte e a floresta, é parte integrante do quotidiano no Verão. Sabe-se nas aldeias que as labaredas não resultam do acaso ou da negligência. Não se duvida de que elas são obra da vontade. Não há é um convencimento profundo sobre os prejuízos do fogo e, naturalmente, muito menos a «coragem» ou «cobardia» de espiar um familiar ou vizinho a fim de o acusar. No fundo, o fogo é ainda aceite como instrumento de trabalho e acredita-se na sua capacidade de regenerar o solo e os pastos. Porque também destrói o património da «pequena agricultura», o fogo é, todavia, fonte de conflito aberto ou contido entre vizinhos. Não obstante a sua posição, para o observador imerso na aldeia o fogo surge muito claramente como um problema nacional. Problema que tem muito a ver com uma educação orientada para o desenvolvimento e para cuja resolução é preciso alertar toda a gente: residentes, técnicos, professores e alunos, juizes e GNR, bem como todos quantos procedem à repartição e gestão do orçamento nacional. É urgente que se mobilizem recursos financeiros, materiais e humanos para as acções de prevenção e combate aos crimes que causam em poucas horas a destruição dum património conseguido no decorrer de décadas. Para além de acções educativas intensas, da resolução dos problemas «técnicos» que levam os homens a usar o fogo, é necessária a actividade de fiscalização. Esta precisa, porém, tal como as restantes, de ser apoiada devidamente. Segundo informações locais, pelo trabalho extraordinário de vigilância nocturna durante o mês de Agosto de 1979, dois guardas florestais teriam recebido a irrisória quantia de 1.800\$00 cada um. Em 1980 nem tal verba foi reservada para essa acção. A confirmarem-se informações deste tipo, que mais se poderá esperar senão que parcelas agrícolas e hectares e hectares de floresta ardam ano após ano? Pode esperar-se mesmo que os prejuízos sejam maiores do que se reporta nos relatórios, pois os guardas florestais revelam, entre amigos, que minimizam a gravidade das ocorrências. Segundo uma lógica inesperada, explicam que «cozinham» os relatórios a fim de que os chefes não fiquem «aborrecidos» com o sucedido. Quem viria também demonstrar àqueles guardas que as informações por eles prestadas se afastam da realidade?

Aparentemente, estaremos a afastar-nos do tema em debate. É certo que, em termos globais, não deverão ser as parcelas sujeitas à «pequena agricultura» as mais prejudicadas

pelo fogo, embora não se possuam dados para avaliar efectivamente a extensão do problema a esse nível. De qualquer modo, supomos que a transformação da «pequena agricultura» passa também por uma modificação profunda de atitudes e comportamentos de agricultores e não-agricultores relativamente ao problema do fogo. Castanheiros, nogueiras ou pinheiros são bens a preservar a todo o custo. O desenvolvimento sócio-económico em geral, e o desenvolvimento da agricultura em particular, começa pela conservação dos recursos existentes. Segundo esta óptica, o facto local de as vagas para o lugar de guarda florestal não chegarem a ser preenchidas, merece séria ponderação.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: META POSSÍVEL SEM MUDANÇA NA INDÚSTRIA?

Em muitos casos, uma imagem focada da realidade rural, histórica ou actual, exigirá precauções ao falar-se em «agricultores». Nesses casos, verifica-se que não havia nem há propriamente «agricultores» a tempo pleno, isto é, pessoas que tenham vivido ou vivam exclusivamente da actividade agrícola. Havia e há, sim, pessoas que, ao longo da vida, se têm dedicado, em maior ou menor grau, quer à agricultura, quer a outras actividades, no país e/ou no estrangeiro. A procura de outras fontes de rendimento para além da exploração do solo era e é um comportamento relativamente generalizado e constante. Observa-se, pois, o que se poderá chamar uma situação de multiplicidade ocupacional, pelo menos ao nível do agregado doméstico. A construção de estradas, pontes e barragens ou mesmo a construção civil urbana, a exploração de minas e areais e a florestação dos montes tem sido, e ainda é, obra de gente do campo. A prestação de pequenos serviços, a produção artesanal de alguns bens e as mais diversas actividades comerciais permitiam e permitem rendimentos complementares. Apesar do carácter marcadamente efémero de muitas dessas actividades não-agrícolas, reconheçamos que elas, bem como os fenómenos da migração urbana e da emigração, constituem uma muito clara chamada de atenção para a necessidade de se não equacionar o problema do desenvolvimento da agricultura dentro de um quadro exclusivamente agrícola. cremos que não estão de modo nenhum esgotadas as possibilidades de se intensificar a utilização da mão de obra local dentro do próprio sector primário da economia, mas inevitavelmente uma pergunta subsiste: poder-se-á alguma vez esperar um desenvolvimento agrícola substancial caso se não corrija radicalmente a distorcida

distribuição espacial da indústria nacional? A intensificação cultural, a implantação de agro e silvo-indústrias, o crescimento dos serviços, o desenvolvimento do turismo, surgem como medidas urgentes para o próprio desenvolvimento agrícola e proporcionarão certamente uma absorção de mão de obra à primeira vista inesperada. Todavia, é de esperar que, sem a implantação de outras indústrias a nível local, a dinamização do sector agrícola fique comprometida. É de esperar ainda que a aspiração imediata de muitos rapazes e raparigas ainda «presos» ao meio rural, continue a ser a obtenção de um lugar nos quadros da PSP ou da GNR, ou a «fuga» proporcionada por algum familiar emigrado.

DESENVOLVIMENTO, POUPANÇA E INVESTIMENTO: PARADOXO LOCAL E «PEQUENOS-GRANDES» PROJECTOS

Em geral, é surpreendente o reduzido número e valor dos investimentos, individuais e colectivos, observáveis no meio rural. De imediato, poderia pensar-se que tal situação se deverá à inexistência de capital. Contudo, se mais sinais não houvesse, a proliferação de agências bancárias pela «província» bastaria certamente como indicação da existência de poupanças a nível local. O correspondente funcionamento de serviços móveis e a motivação dos respectivos funcionários permitem acrescentar ainda que, em geral, a dedicação à caça da poupança do meio rural é enorme. Houvesse dedicação semelhante relativamente à aplicação de capital ao nível regional e local e observar-se-ia muito provavelmente uma situação radicalmente diferente da que existe na actualidade. Então, o «subdesenvolvido» interior não mais financiaria o «desenvolvido» litoral, nem o campo as cidades. Talvez a «província» possuísse já as infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-económico e cultural. A este propósito, aponte-se que, segundo informações locais, só uma das agências bancárias da cidade de Bragança, em 1980, deverá, em termos de poupança, ter recebido em depósito um quantitativo acima de meio milhão de contos. Segundo o padrão habitual, menos de 1/3 dessas poupanças seriam aplicadas a nível local. Poderá alguma vez esperar-se um desenvolvimento agrícola substancial se não se corrigir esta situação paradoxal?

Se os dados estatísticos mostram claramente a necessidade de se incentivar o investimento no sector agrícola, a observação do meio rural parece indicar frequentemente a necessidade de se ceder à tentação do projecto «grandioso» requerendo somas financeiras elevadas. Uma política de con-

cretização de «pequenos» projectos de interesse colectivo, poderá, em numerosos casos, elevar substancialmente a capacidade produtiva das explorações agrícolas e incentivar, na sua esteira, o investimento individual. Esperar que este preceda o primeiro é, muito provavelmente, esperar em vão. Poderão servir como exemplos de «pequenos projectos» o melhoramento dos sistemas tradicionais de regadio (impermeabilização de canais e reservatórios de água, aplicação de bocas de rega, etc.), a construção de pequenas barragens e de novos regadios de pequena dimensão, o reconhecimento e exploração de águas subterrâneas, a execução de obras para controlo da erosão dos solos, a melhoria de terrenos agrícolas por terraplanagem e construção de patamares e a abertura de estradas e acessos. Não obstante o manifesto reconhecimento por parte dos agricultores da necessidade de realização de tais obras e do impacto que se poderia esperar das mesmas, esses «pequenos-grandes» projectos ultrapassam frequentemente o saber e o poder locais. O desbloquear de situações desse tipo espera a participação comprometida dos serviços vocacionados para o apoio à agricultura.

ESTAGNAÇÃO AGRÍCOLA: INVESTIGAÇÃO INADEQUADA, EXTENSÃO INEXISTENTE OU CONSERVADORISMO?

Relativamente ao binómio sistema de produção-tecnologia, não parece que alguma vez tenha existido em Trás-os-Montes uma clara ruptura com o passado. Tal situação seria particularmente observável na zona norte da região. Os documentos medievais falam já dos lameiros e do monte e o sistema de produção da época assentaria na cultura cerealífera e na criação de gado, particularmente caprino e ovino. Em 1952 V. Taborda, referindo-se ao Alto Trás-os-Montes e comparando o «sistema rural antigo» com o então existente, afirmaria: «A situação, na verdade, não mudou tanto como à primeira vista pode parecer. Alargou-se o raio de acção da cultura, instalou-se a lavoura em espaços então desertos, introduziram-se produtos novos, a oliveira, o milho, a batata, mas no fundo a exploração do solo persiste a mesma, como idêntico é o sistema cultural»^(*). Em 1975, B. Freund, baseando-se em elementos constantes dos arquivos das paróquias transmontanas do século XVIII, fala das semelhanças entre a paisagem histórica

(*) V. Taborda, *Alto Trás-os-Montes*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1932.

e a então existente. Verifica, como diz, «uma estabilidade inegável» da paisagem agrária⁽³⁾. Parece, pois, estabelecido que a economia da região norte de Trás-os-Montes se tem baseado desde há muito nas mesmas culturas e animais: centeio, trigo, cevada e, a partir do último século, batata; gado caprino, ovino, bovino e suíno. Reconheçamos que a paisagem agrária não é tudo e digamos a propósito que as relações sociais de produção nos dias de hoje diferem das do passado. Todavia, dum ponto de vista estritamente tecnológico, como se pode explicar que, não obstante as mudanças ocorridas, visualizemos o passado olhando para a paisagem actual? A que se deve tal «inegável estabilidade»?

Não raramente as culpas da estagnação da agricultura são atribuídas aos produtores agrícolas, nomeadamente aos «pequenos agricultores». A argumentação é de todos conhecida. Diz-se deles que são incapazes de inovar a tecnologia e os métodos de gestão e que as suas atitudes são desfavoráveis à mudança; são tradicionais, fatalistas, e têm do mundo uma visão limitada, bem como aspirações diminutas; só desejam recompensas imediatas e assumem sempre uma posição provinciana perante os problemas; são desconfiados e incapazes de empatia, etc., etc. Pela nossa parte, digamos desde já que nos parece extremamente duvidoso pressupor-se que os pequenos agricultores possuam um tipo único de personalidade, bem distinto do de outros mortais. Acrescentemos ainda que o que nos tem sido dado ver em muitas explorações agrícolas e aldeias de Trás-os-Montes é suficiente para que se sugiram respostas diferentes à pergunta acima formulada. Em vez de se procurar explicação para a estagnação da agricultura nas características psicológicas do pequeno agricultor ou nas características sociológicas das aldeias, verifique-se antes se existem e existem propostas concretas de inovação tecnológica ou institucional capazes de ajustamento ao quadro sócio-económico em que a agricultura tem sido e é praticada. Se esta primeira hipótese falhar, verifique-se então se tais propostas têm chegado ao conhecimento dos agricultores e se se têm feito esforços no sentido de demonstrar a sua adaptabilidade e superioridade a nível local. Isto é, avalie-se criticamente a acção passada e actual da investigação agronómica e dos serviços de assistência técnica e agricultura na região

(3) B. Freund, *Les mémoires paroissiaux comme source d'information sur les paysages agraires du Nord-Est Portugais au 18^{ème} siècle*, Estratto dagli Atti del Convegno internazionale «I Paesaggi Rurali Europei», Perugia, 7-12 Maggio 1973, Perugia 1975.

e veja-se então se a resposta habitual sobre o conservadorismo dos agricultores satisfaz alguém. Posta a questão de outro modo, digamos que, se, de facto, se pretender acabar com a estagnação da agricultura em Portugal, é necessário então dispor duma investigação agronómica orientada para os problemas locais e serviços de extensão agrícola capazes de promoverem efectivamente a difusão dos resultados da pesquisa. Sabendo-se ainda que os agricultores, tal como outros mortais, procuram por tentativas e erros encontrar soluções para os seus problemas, é certamente muito útil proceder à inventariação da sabedoria local. Esta não deverá deixar de constituir elemento de base para investigadores e extensionistas preocupados com a realidade local.

Para concluir esta nota, digamos que nunca será demais sublinhar o papel essencial que assumem a investigação agronómica e a extensão agrícola no desenvolvimento da agricultura. Isoladas uma da outra, no entanto, o seu contributo para esse processo estará sempre condenado à ineficácia.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ESTRUTURA DA EXPLORAÇÃO

Os analistas da agricultura portuguesa indicam sistematicamente a reorganização da estrutura agrária como o problema chave do desenvolvimento económico do país. Dos numerosos elementos do conceito de estrutura agrária, um é normalmente objecto duma atenção particular: a estrutura da exploração agrícola. Por vezes, fica-se mesmo com a impressão de que o conceito de estrutura agrária é, em termos práticos, indevidamente reduzido ao conceito de estrutura da exploração agrícola.

A observação directa das situações existentes ao nível local não poderia senão reforçar as indicações dos analistas. As superfícies reduzidas das explorações agrícolas, o seu grau de concentração e parcelamento e as diversas formas de exploração da terra são, na verdade, poderosos condicionantes do desenvolvimento agrícola. Pela observação directa da realidade, apercebemo-nos ainda de modo muito sensível de que a reorganização da estrutura da exploração agrícola é tarefa gigantesca a exigir desmesurados esforços e tempo. Mudanças repentinas em agricultura são raras e, mesmo quando ocorrem, a sua consolidação é demorada. Dar início a tal tarefa é, pois, urgente, mas dever-se-á perguntar se há que esperar pela reorganização da estrutura de exploração para se desencadear o processo de transformação da agricultura. Cremos que outros

elementos do conceito de estrutura agrária indicam domínios onde mudanças poderão e deverão ser alcançadas a mais breve prazo. Citemos como exemplos as relações entre os produtores agrícolas e o Estado, entre aqueles e as organizações agrícolas, a formação profissional, o equipamento agrícola e a tecnologia utilizada no sector. É certo que a actual estrutura da exploração agrícola não deixará de levantar problemas às transformações naqueles domínios, mas pode igualmente esperar-se que tais mudanças incentivem a reorganização da estrutura da exploração agrícola.

Diz-se frequentemente que há que caminhar para dimensões «aceitáveis» ou «viáveis» da exploração agrícola e, a propósito, parece inevitável a referência de que a superfície média das explorações ao nível do Continente Português é de 6,1 ha (1968), enquanto na CEE é de 15,2 (1976). Antes de mais, note-se que a legitimidade de se proceder a tal comparação é extremamente duvidosa, senão nula. De facto, a enorme variação na dimensão das explorações agrícolas portuguesas, bem como a grande diversidade cultural existente, não permitem que se atribua qualquer significado ao valor médio da superfície de exploração agrícola ao nível do Continente Português. Note-se também que dentro da própria CEE, em 1976, a superfície média da exploração agrícola variava entre 6,3 ha na Itália e 44,7 ha no Reino Unido. Se se recordar que a topografia e o clima em Portugal não são propriamente os dos Países Baixos, por exemplo, tornar-se-á, então, claro que a determinação da área «aceitável» ou «viável» não é questão de solução imediata. Estamos longe de defender a manutenção do «status quo» existente relativamente à estrutura da exploração agrícola, mas desejamos sublinhar que aquele aspecto da estrutura agrária é só um dos elementos de um todo mais vasto. Ao concentrarem-se as atenções na estrutura da exploração e, particularmente, na superfície das explorações agrícolas, está-se inevitavelmente a sublinhar o factor terra. Ele é, como se sabe, indispensável, mas interroguemo-nos se, enquanto se não atinge uma maior dimensão da exploração agrícola, uma melhoria sensível da tecnologia utilizada não permitiria desde logo um aumento de produtividade. A política relativa ao factor terra é, sem dúvida, crucial, mas não será o factor água o que em muitas situações actuais causa o estrangulamento mais imediato da produção agrícola? E que dizer de outros factores tais como as sementes melhoradas, os fertilizantes e pesticidas? Note-se que todos os factores de produção indicados para além da terra, são altamente divisíveis e podem ser utilizados em operações agrícolas de escala diversa sem que a

sua eficiência seja alterada. Por si mesmos, eles não requerem mudanças radicais na organização da exploração agrícola e, simultaneamente se intensificar a utilização do factor trabalho, a sua eficiência pode ainda, em certos casos, ser aumentada. O padrão de transformação da agricultura tradicional japonesa é bem o exemplo clássico que ilustra que a produção agrícola pode ser substancialmente aumentada sem uma alteração sensível do quadro organizativo dum sistema de agricultura de pequena escala.

Relativamente às formas de exploração da terra, defende-se frequentemente que a exploração por conta própria é a forma capaz de garantir uma melhor utilização da terra. O pressuposto daquela posição é o de que um proprietário se interessará mais pela conservação e valorização do património do que um rendeiro ou meeiro. Estamos longe de defender o absentismo, mas a observação de situações concretas leva-nos a dizer que, se, por um lado, tal pressuposto se verificará nalguns casos, por outro lado há também casos em que é de admitir um certo exagero da importância atribuída à exploração por conta própria relativamente à melhor utilização da terra. Muitos casos de exploração indirecta da terra têm que ver não com o fenómeno do absentismo, mas com o da localização geográfica das explorações agrícolas, agricultura a tempo parcial e inclusivamente com o problema do acesso de rendeiros e meeiros a outros factores de produção que não a terra. É frequente verificar que rendeiros e meeiros falam da terra de outrém como se do seu próprio património se tratasse e a idade de alguns desses «contratos», quantas vezes entre indivíduos ligados por laços de parentesco, é, por vezes, considerável. De qualquer modo, seria útil saber-se se a produtividade da terra é maior nas explorações por conta própria do que nas sujeitas a formas de exploração indirecta. Dadas as características de que se revestem muitos dos «contratos» de exploração da terra bem como os relativamente diminutos investimentos observáveis ao nível das explorações por conta própria, diremos que a nossa expectativa será a de que, num número considerável de casos, não se verificariam diferenças significativas da produtividade da terra entre explorações sujeitas a diversas formas de exploração. A verificar-se tal suposição poder-se-ia dizer que, no que respeita à produção agrícola, a questão da «posse» da terra veria a sua importância diminuída relativamente a outros factores de produção.

Digamos, dum modo breve, que a experiência de contacto directo com a realidade agrária da zona norte do distrito de Bragança nos deixa a impressão forte de que, se se pretende

alcançar o desenvolvimento agrícola local, é urgente o início do processo de reestruturação fundiária mas, por outro lado, efeitos imediatos sobre a produção agrícola devem procurar-se na aplicação de medidas de política agrícola relativas aos outros factores de produção.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DISPONIBILIDADE DE FACTORES DE PRODUÇÃO

Insiste-se frequentemente, e sem dúvida de modo correcto, na necessidade de os agricultores recorrerem ao cultivo de espécies geneticamente mais produtivas, à intensificação e racionalização da aplicação de adubos, correctivos e pesticidas e ao uso de equipamento agrícola adequado. Esquece-se mais frequentemente, porém, que a aplicação de tais medidas exige, não só esforços por parte dos agricultores, mas também, e particularmente, esforços prévios por parte das estruturas de produção e oferta daqueles factores. Isto é, não estará só em causa o comportamento dos agricultores, mas também o das organizações estatais, cooperativas, intermediários e comerciantes. Se se deseja, de facto, acelerar o crescimento da produção agrícola, é necessário garantir, a todo o custo, a disponibilidade dos factores de produção ao nível local e à data da procura, bem como promover a difusão da informação técnica correspondente. É necessário ainda que a qualidade dos factores seja efectivamente assegurada e que não haja dúvidas quanto à adaptabilidade de novos factores de produção. Dito de outro modo, é necessário preparar as organizações e agentes envolvidos na produção de adubos, correctivos e pesticidas, na multiplicação ou importação de sementes e na distribuição de todos os factores, para fazerem face a um aumento da procura. É preciso que os serviços de extensão estejam aptos a prestar as informações que permitirão uma utilização plena dos novos recursos a aplicar nas explorações agrícolas. A fiscalização dos preços e da qualidade dos factores exigirá também um esforço suplementar.

Garantir o acesso dos agricultores aos factores de produção é, sem dúvida, necessidade óbvia do desenvolvimento agrícola, mas, na prática, a realização de tal objectivo não é tarefa fácil. Notemos que, mesmo em tempo de estagnação agrícola, a observação da realidade local revela factos como os seguintes: não obstante se verificar que a produção de adubos a nível nacional excede o respectivo consumo, por vezes, os agricultores não adquirem os adubos que desejam, mas sim os que na ocasião estão armazenados na cooperativa local;

o fornecimento de correctivos não está assegurado; a aquisição de batata-semente certificada é garantida frequentemente por meio de «cunha» ou pelo menos através de relações de tipo não funcional; a assistência mecânica que os possuidores de maquinaria agrícola podem solicitar das estruturas de apoio locais é muito reduzida; a difusão de informações técnicas é praticamente inexistente. Relativamente a este último aspecto, acrescentemos como nota curiosa que o contabilista duma cooperativa local, qual técnico agrícola especializado, é quem por vezes procede à recomendação dos adubos a utilizar pelos agricultores. A manterem-se situações do tipo descrito, é óbvio que todas as expectativas relativas à concretização do desenvolvimento agrícola serão infundadas.

NOTA FINAL

Para concluir a nossa achega para o debate sobre a transformação da «pequena agricultura», façamos uma breve revisão das notas formuladas e, de passagem, explicitemos um ou outro ponto.

Dado que a realidade agrária surge como algo complexo, diverso e dinâmico, consideramos que, por um lado, se torna necessária uma actividade de investigação permanente para que se possa definir e aplicar uma política agrária adequada às situações reais e que, por outro lado, o desenvolvimento agrícola exige necessariamente uma multiplicidade de acções planeadas e coordenadas no espaço e no tempo. Explicitemos aqui que, relativamente ao estudo dum número considerável de questões, uma abordagem interdisciplinar poderá surgir como meio de trabalho indispensável. Sublinhe-se ainda que o desenvolvimento resulta dum «esforço conjunto» perspectivado a médio e longo prazo. Acções isoladas e com características de «campanha» não alterarão substancialmente o quadro até agora existente.

Considerámos que a população agrícola actual deve ser simultaneamente um ponto de partida e de chegada do desenvolvimento agrícola. Ponto de chegada, porque tal processo deve beneficiar particularmente aqueles que vivem da actividade agrícola. Ponto de partida, porque, sem a acção empenhada da população agrícola, todos os planos e medidas verão os seus efeitos limitados. O reconhecimento claro e público do valor do trabalho agrícola não é, com toda a certeza, incentivo de somenos importância. Entre nós reconhecer-se-á devidamente os esforços dos «gestores» agrícolas? Embora reconhecendo que a população agrícola deve ser objecto duma

atenção particular por parte das organizações comprometidas no desenvolvimento agrícola, cremos que se não poderão descurar acções junto das gerações mais velhas e da população emigrada. Questões sobre a reorganização da estrutura fundiária surgem como exemplos imediatos. Sugerimos ainda que um conhecimento mais profundo da realidade agrária e uma acção mais comprometida por parte daqueles que a muitos e diferentes níveis condicionam fortemente a vida económica dos agricultores são condições necessárias ao desenvolvimento agrícola. Se, por exemplo, políticos, burocratas ou planeadores mostram uma certa antipatia pelas coisas da «província», se investigadores ou jornalistas não têm interesse pelos problemas que afectam os agricultores e se aos extensionistas falta uma motivação forte para o trabalho com a população agrícola, o que há que esperar em termos de desenvolvimento local?

Abordámos ainda os recursos naturais existentes como um outro ponto de partida do desenvolvimento agrícola e sugerimos mesmo que a nossa riqueza relativamente àqueles recursos é certamente superior às expectativas correntes. Todavia, a sua exploração requer naturalmente planeamento, organização, trabalho. Por outras palavras, a observação de situações concretas sugere frequentemente que os estrangulamentos ao desenvolvimento agrícola se prendem mais aos homens e instituições do que ao quadro geofísico em que a sua actividade se desenvolve.

Indicando que a busca de emprego fora do sector agrícola é, em muitos casos, uma característica bem marcada do meio rural, apontámos a necessidade imperiosa de se promover o desenvolvimento do sector industrial a nível local. A contínua concentração de indústrias nos pólos tradicionais não permitirá, muito provavelmente, dar resposta à procura de trabalho que se verifica ao nível local.

Classificámos ainda de paradoxal a situação em que simultaneamente se verifica, por um lado, uma necessidade clara de investimento e, por outro lado, a canalização das poupanças locais para outras zonas do país. Sugerimos também que a aplicação de capital em «pequenos projectos» de interesse colectivo permitiria a elevação da capacidade produtiva das explorações agrícolas e um certo incentivo ao investimento individual.

Uma investigação pouco orientada para os problemas locais bem como a ausência dum trabalho sério de extensão foram indicados como factores que terão, muito provavelmente, maior peso na explicação da estagnação da agricultura portuguesa do que o insistentemente sublinhado conservado-

rismo dos agricultores. Relativamente à mesma questão, acrescentemos agora que, uma vez no terreno, ficamos com a impressão forte de que se exagera frequentemente o peso de outros factores tais como o analfabetismo e a idade avançada dos agricultores.

Sublinhando que a estrutura da exploração agrícola é só um dos elementos da estrutura agrária, levantámos a questão da possibilidade de se desencadear o desenvolvimento agrícola através duma política que, não desprezando de modo nenhum o factor terra, privilegiasse a curto prazo outros factores de produção.

Finalmente, chamamos a atenção para o facto de que garantir a disponibilidade de factores de produção ao nível local e em tempo oportuno, requisito indispensável do desenvolvimento agrícola, é tarefa a exigir maiores esforços às actuais estruturas de produção e distribuição dos factores.

Como nota final, parece-nos oportuno recordar aqui que a experiência portuguesa desmente claramente toda a crença segundo a qual um decréscimo da população activa agrícola é condição suficiente para se alcançar o desenvolvimento da agricultura.